

A cúpula climática de Belém, Brasil, mais uma cúpula?

Frei Eduardo Agosta Scarel, O. Carm.

Diretor do Departamento de Ecologia Integral, Conferência Episcopal Espanhola

(Publicado em VIDA NUEVA digital, segunda-feira, 3 de novembro de 2025)

De 6 a 21 de novembro deste ano, será realizada a COP 30 em Belém, no coração da Amazônia brasileira. Dez anos após o Acordo de Paris, esta cúpula climática transcende o calendário diplomático habitual para se tornar um evento de profundo simbolismo. Como afirmou o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, a cúpula será uma oportunidade para o mundo discutir a importância da Amazônia dentro da própria Amazônia, ouvindo diretamente seus povos¹.

A agenda da conferência está ancorada em mandatos cruciais que definirão a trajetória da ação climática global para a próxima década. Ela herda da COP 28 a tarefa de responder ao primeiro Balanço Global ("Global Stocktake"), que concluiu que os esforços atuais são insuficientes para limitar o aquecimento a 1,5 °C e exigiu a apresentação de uma nova e mais ambiciosa rodada de Contribuições Determinadas a nível Nacional (NDC), ou planos de ação nacionais de ação climática, até fevereiro de 2025. Além disso, deverá construir sobre os compromissos financeiros estabelecidos na última COP 29, particularmente no que diz respeito ao Novo Objetivo Coletivo Quantificado (NCQG), que substituirá a meta de US\$ 100 bilhões anuais em ajuda aos países afetados pelas mudanças climáticas.

Desde a encíclica *Laudato Si'*, contemporânea ao Acordo de Paris, a Doutrina Social da Igreja mais recente oferece um paradigma operacional, a ecologia integral, capaz de reconfigurar os fundamentos da ação climática com base nos princípios da teologia moral.

A ecologia integral no plano imanente, como paradigma de justiça socioambiental, desafia o "paradigma tecnocrático" que muitas vezes domina as negociações, que confia cegamente em soluções tecnológicas e de mercado sem abordar as causas profundas da crise (cf. *Laudato Deum*, 57). Em seu lugar, a doutrina social da Igreja propõe uma abordagem relacional que une inseparavelmente a justiça social com a sustentabilidade ambiental, a solidariedade internacional com a responsabilidade histórica e a urgência política com a necessidade de uma profunda conversão pessoal e comunitária.

A presidência brasileira estruturou a agenda de negociação da COP 30 em torno de seis pilares estratégicos, concebidos para abordar a crise climática de forma sistêmica: 1) Transição energética, industrial e de transportes; 2) Gestão de florestas, oceanos e biodiversidade; 3) Transformação da agricultura e dos sistemas alimentares; 4) Construção de resiliência para cidades, infraestrutura e água; 5) Promoção do desenvolvimento humano e social; e 6) Liberação de facilitadores e aceleradores transversais, incluindo finanças, tecnologia e capacitação².

Essa abordagem multissetorial encontra uma profunda correlação e um maior aprofundamento no conceito católico de ecologia integral. Esse conceito é a pedra angular da visão da Igreja em matéria ambiental e postula que "não há duas crises separadas, uma ambiental e outra social, mas uma

¹ A COP 30 será realizada de 6 a 21 de novembro de 2025 em Belém, Brasil - UN.org., <https://www.un.org/es/climatechange/cop30>

² A COP30 anuncia o calendário de dias temáticos e convida o mundo a Belém, <https://cop30.br/es/noticias-dela-cop30/la-cop30-anuncia-o-calendario-de-dias-tematicos-e-convida-o-mundo-a-belém>

única e complexa crise socioambiental” (Laudato Si’, 139). Consequentemente, as soluções não podem ser fragmentadas; elas requerem “uma abordagem integral para combater a pobreza, para devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, para cuidar da natureza” (Laudato Si’, 139).

A partir dessa perspectiva, a ecologia integral pode ser o ethos que conecta e dá coerência a todos os pilares da cúpula. Ela insiste que as políticas de transição energética (pilar 1) não podem ser dissociadas de seus impactos no emprego, na saúde e na justiça social (pilar 5); que o financiamento para a conservação das florestas (pilar 2) deve estar intrinsecamente ligado ao reconhecimento dos direitos territoriais e da sabedoria dos povos indígenas (pilar 5); e que a transformação dos sistemas alimentares (pilar 3) é uma questão de justiça e soberania, não apenas de produtividade ou eficiência (Laudato Si’, 129).

A própria estrutura da agenda da COP 30, com seus pilares interconectados e um calendário de dias temáticos que deliberadamente cruzam disciplinas — por exemplo, dedicando dias à “Saúde, emprego, educação, cultura, justiça e direitos humanos” junto com dias sobre “Energia, indústria, transporte” e “Florestas, oceanos, biodiversidade” — é uma expressão prática dos valores da ecologia integral católica. Não é que os organizadores estejam empregando a terminologia da doutrina social, mas que no desenho da cúpula há um reconhecimento prático, com base no conhecimento científico, de que “tudo está conectado”. Nesse alinhamento estrutural, a doutrina social da Igreja pode atuar não como uma crítica externa ou um acréscimo moralista, mas como uma ferramenta hermenêutica que revela e fortalece a lógica interna e o potencial transformador da própria agenda da COP 30. Ao fornecer uma linguagem e um fundamento ético explícitos ao que já está implicitamente estruturado, o pensamento social católico pode ajudar a conferência a cumprir sua ambição de ser um verdadeiro “ponto de inflexão”. Mas será que ela conseguirá cumprir sua ambição?

Um eixo central desta cúpula climática será o financiamento climático, dando continuidade aos resultados da COP 29 e à urgência reafirmada pelo Brasil de mobilizar recursos significativos para ações climáticas nos países em desenvolvimento. Os debates se concentrarão no Novo Objetivo Coletivo Quantificado (NCQG), na reforma dos bancos multilaterais e na capitalização sustentada do fundo de Perdas e Danos, criado para compensar as nações mais vulneráveis pelos impactos inevitáveis das mudanças climáticas.

Laudato Si’ introduz neste debate um conceito de grande alcance: a “dívida ecológica”, e neste ano jubilar, a Igreja tem insistido muito sobre ele. Este conceito sustenta que existe uma dívida histórica e atual do Norte Global para com o Sul Global, gerada por «desequilíbrios comerciais com consequências no âmbito ecológico, bem como pelo uso desproporcional dos recursos naturais, levado a cabo historicamente por alguns países» (Laudato Si’, 51). O enorme consumo das nações ricas teve repercussões diretas nos lugares mais pobres, onde o aumento da temperatura e a seca causam estragos.

Este conceito enriquece e reorienta radicalmente o debate sobre o financiamento. Transforma o quadro da discussão: o financiamento climático deixa de ser um ato de “ajuda” ou “caridade” dos países ricos para se tornar um ato de justiça restaurativa. É, em essência, o pagamento de uma dívida. Essa perspectiva não apenas fortalece moral e politicamente as demandas do Sul Global, mas também desafia a narrativa de que todos os países compartilham uma responsabilidade comum, mas indiferenciada. Ela reconhece que as responsabilidades são, de fato, diferenciadas, com base na contribuição histórica para a crise. O parágrafo 3 da exortação Laudate Deum reforça essa ideia ao qualificar o fato de que os efeitos das mudanças climáticas são suportados pelos mais vulneráveis

como um “exemplo chocante de pecado estrutural”, uma injustiça sistêmica que requer uma reparação sistêmica.

A agenda da COP 30, que reflete as tendências globais, inclui um forte componente tecnológico, com dias temáticos dedicados à ciência, tecnologia, inteligência artificial e mercados de carbono. Embora essas ferramentas sejam potencialmente importantes, a doutrina social da Igreja adverte contra a hegemonia do “paradigma tecnocrático”: a crença de que todo problema ambiental pode e deve ser resolvido com uma solução técnica ou de mercado, sem necessidade de questionar ou mudar os modelos de produção, consumo e as estruturas de poder que regem a sociedade (Laudato Si', 5).

Além disso, Laudato Si' critica a lógica que “assume todo o desenvolvimento tecnológico em função do lucro, sem prestar atenção às eventuais consequências negativas para o ser humano” (Laudato Si', 109). Por sua vez, Laudate Deum emite uma advertência severa: “nunca a humanidade teve tanto poder sobre si mesma e nada garante que ela o utilizará bem” (Laudate Deum, 23). Enriquecer a agenda da COP 30 a partir dessa perspectiva implica submeter a um escrutínio ético as propostas de geoengenharia climática, os mecanismos de compensação de carbono e outras “soluções” tecnológicas. A questão fundamental não é apenas se elas funcionam tecnicamente, mas a quem servem: promovem o bem comum ou os interesses de uma minoria? Empoderam as comunidades locais ou as marginalizam ainda mais? Impulsionam-nos para uma autêntica “conversão ecológica”, que implica mudanças profundas nos estilos de vida e valores, ou simplesmente oferecem um álibi para que o atual modelo de desenvolvimento insustentável continue sem mudanças significativas?

Em suma, se a cúpula climática em Belém voltar a fracassar em alcançar esse ponto de inflexão tão almejado, não será por falta de uma boa estrutura de base, mas por uma falha moral e política no momento de executar esses valores diante dos interesses criados pelo paradigma tecnocrático.